



Assembleia Municipal de Sesimbra

MOÇÃO

O Estado da Educação

Neste início de ano escolar e de forma agravada, pais, professores, funcionários e estudantes veem-se confrontados com uma escola pública mais debilitada e mais frágil.

O ano letivo inicia-se num clima de grande instabilidade nas escolas e de agudização das condições de vida das famílias.

A Escola Pública, gratuita e de qualidade e o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar de determinação constitucional, estão sob forte ofensiva do Governo e diariamente é desvirtuada.

As escolas vivem nestes últimos anos, fruto das políticas seguidas por este governo, numa permanente situação de instabilidade cada vez mais preocupante e comprometedora da necessária melhoria da qualidade do ensino, onde os docentes são tendencialmente excluídos da participação democrática nas opções programáticas, métodos e conteúdos curriculares, numa clara ofensiva à sua condição profissional e por consequência afastando os seus contributos para o que deve ser a Escola Pública: espaço de liberdade e conhecimento.

Um governo que devia preocupar-se com a taxa de abandono precoce, com os 3,5 milhões de portugueses sem qualquer diploma ou sem conclusão do ensino básico ou com os 1,5 milhões entre os 25 e os 44 anos sem conclusão do Ensino Secundário, coloca-se energicamente em campo para desencadear um projeto ideológico de desmantelamento da Escola Pública, limitando o acesso ao conhecimento, elitizando o ensino, atribuindo às camadas trabalhadoras apenas a necessidade de adquirir competências profissionais ao serviço do mercado capitalista, estratificando assim o sistema educativo, tal como acontecia antes do 25 de abril de 1974.

A educação tem sido das áreas sociais mais martirizadas nos últimos anos. Os cortes no setor nos últimos três orçamentos têm vindo a crescer de forma excecional Portugal é já dos últimos do ranking da OCDE, em que as verbas para educação têm o valor mais baixo do PIB, ficando a cerca de metade do que são as recomendações internacionais.

Mais uma vez, em vez de haver investimento na educação e na promoção de medidas de combate ao abandono e de incentivo ao sucesso escolar, o que se faz é reduzir a despesa que vai ter um impacto ao nível dos recursos humanos, e na insuficiência de recursos humanos, o que, aliás, tem caracterizado os orçamentos dos últimos anos para o setor.

Na proposta de Orçamento de Estado para 2015, a despesa com o ensino básico e secundário baixa 704,4 milhões de euros face a 2014, caindo cerca de 5 milhões de euros.

Aprovado, por maioria na sessão extraordinária de 7 de novembro de 2014

**Assunto: Moção da Assembleia
Municipal
AMS-22/00**





Assembleia Municipal de Sesimbra

A despesa total consolidada prevista para 2015 para o ensino básico e secundário decresce 11,3% em comparação com 2014, ano em que se fixou em 6.243,9 milhões de euros. Em sentido oposto, os juros da dívida atingirá em 2015 mais de 8.000 milhões de euros, ou seja, Portugal investe mais em juros a pagar a terceiros do que com a sua educação.

Perante estas dificuldades, a Câmara Municipal de Sesimbra prossegue a sua orientação no quadro das suas competências, a desenvolver investimentos na qualificação dos estabelecimentos de ensino, na promoção do apoio no fornecimento de refeições e apoio social escolar. Trata-se de uma intervenção que exige investimentos avultados e que se encontra cada vez mais ameaçada pelos ataques que o poder local democrático sofre e pelos reflexos da política educativa governamental.

A Assembleia Municipal de Sesimbra delibera:

1. Reafirmar a importância da educação e exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País; exigir o cumprimento da Constituição da República pelo princípio de um ensino público gratuito, universal e de qualidade.
2. Exigir que sejam invertidas das medidas mais gravosas, de modo a recuperar o reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como a reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa;
3. Congratular-se com as opções do Município com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educativos;
4. Saudar e solidarizar-se com os professores, alunos, encarregados de educação, técnicos, auxiliares de educação na luta pelas suas reivindicações e direitos e por uma escola pública de sucesso e progresso nacional;
5. Reafirmar o empenho desta Assembleia Municipal em acompanhar a situação da educação e seus problemas e contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa.
6. Realizar uma Assembleia Municipal temática sobre o “ Estado da Educação” a dinamizar pela Comissão de Líderes e pela Comissão 3 desta Assembleia.

Dar conhecimento:

Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Ministro da Educação, Grupos Políticos da Assembleia da República, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas de Freguesia e Ass. de Freguesia de Santiago, Castelo e Quinta do Conde, Diretores de Agrupamentos de Escola do Concelho, Sindicatos do Setor da Educação.

Aprovado, por maioria na sessão extraordinária de 7 de novembro de 2014

**Assunto: Moção da Assembleia
Municipal
AMS-22/00**

